

**XII MANDATO**

**Ata da Reunião n.º 83/2020**

**Reunião ordinária pública de 28 de dezembro de 2020**

  


Ao vigésimo oitavo do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, no cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, e do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 02 de novembro, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU). -----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:30, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. Para conhecimento foi presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 21 de dezembro. -----

## **ORDEM DO DIA**

### **-----DELIBERAÇÕES-----**

**APROVAÇÃO DA ATA Nº 80 DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020; DA ATA Nº 81 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 2020 E DA ATA Nº 82 DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2020, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de dois mil e dezassete. **"Deliberado aprovar por unanimidade pelos membros presentes na reunião ordinária pública realizada em 30 de novembro de 2020; na reunião extraordinária pública realizada em 4 de dezembro de 2020 e na reunião ordinária pública realizada em 14 de dezembro de 2020".**-----

**CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOGUEIRA – LICENCIAMENTO DE OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CRECHE, ATL, CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO SITUADO NA RUA DA IGREJA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÕES:** Presente a seguinte proposta: "Da DMUOP submetendo à consideração do Executivo, a operação urbanística mencionada em epígrafe (nos termos do artº. 75º, nº. 3, alínea d) do Regulamento do PDM), com informação circunstanciada. Tem informação favorável da Divisão de Mobilidade". - **"Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª**





*[Handwritten signature]*

**Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU)."**-----

**ANULAÇÃO DE RECEITA – FATURAS EMITIDAS E NÃO PAGAS RELATIVAS A MENSALIDADES DAS PISCINAS MUNICIPAIS:** Presente a seguinte proposta: Da DMG- DIVISÃO DE CONTROLO FINANCEIRO E ARRECADAÇÃO DE RECEITA, submetendo à consideração do Executivo Municipal informação relativa a anulação da receita relativa faturas emitidas e não pagas relativas a mensalidades das piscinas municipais.- **Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).**-----

**TOPONÍMIA- FREGUESIA DE S. VICENTE:** Do Vereador Prof. Doutor Miguel Bandeira, propondo o seguinte topónimo: - FREGUESIA DE S. VICENTE: - De Travessa Adelino Arantes (Artéria implantada no Loteamento da Quinta das Fontes), com início na Rua Adelino Arantes e fim sem saída. **"Deliberado aprovar por unanimidade".** -----

**EMPREITADA: "ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1ª FASE" – ADITAMENTO Nº 3 AO CONTRATO Nº**

**CPE.4.18.DMOSM:** - Da DMOSM submetendo para ratificação a decisão do Sr.



Presidente de 21/12/2020, relativa a proposta de autorização, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 32.228,54 € + IVA e a aprovação da minuta do aditamento nº 3 ao Contrato da Empreitada, nº CPE 4.18.DMOSM, conforme documentos anexos. Propõe-se ainda a aprovação da minuta do contrato em anexo. Tem informação circunstanciada da DMOSM.-

**Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU)."**-----

Tomou a palavra o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** que referiu que existe um conjunto de trabalhos que tendem a ser aprovados que resultam, uma vez mais, de um mau projeto. Apesar disso, a justificação para este aditamento é "que não existem deficiências no caderno de encargos ou no projeto", resultando antes de condições específicas verificadas durante o desenvolvimento dos trabalhos. A verdade é que a requalificação da Escola Secundária de Maximinos já leva vários aditamentos, pelo que se torna difícil perceber a quantidade de trabalhos que realmente se vão verificando necessários. Na opinião do Sr. Vereador há uma dose de problemas que resultam da conceção do projeto e que se traduzem em custos acrescidos para o Município, pelo que, considera, deveria existir mais rigor a este respeito. ----

**EMPREITADA "VARIANTE DO CÁVADO ENTRE KM 3+366.185 E 3+625.000 E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO ENTRE A ROTUNDA DA AV. DO ESTÁDIO E A EN201 – CONCURSO PÚBLICO CPE.11.20. DMOSM:**





Da DMOSM submetendo proposta de aprovação da adjudicação da empreitada em epígrafe à empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A., pela quantia 1.648.994,23€ acrescido do IVA e de todo o conteúdo da proposta em anexo. Propõe-se ainda a aprovação da minuta do contrato em anexo. Tem informação circunstanciada da DMOSM. – **Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).**-----

**PROCESSO RELATIVO A HASTA PÚBLICA DE DOIS LOTES DE TERRENO SITOS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE-BRAGA:** Da DMG-DF-DIVISÃO DE PATRIMÓNIO submetendo à apreciação do Executivo Municipal (alínea g) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro) com vista à submissão da Assembleia Municipal (alínea i) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro), a ata relativa ao ato público com vista à adjudicação definitiva da alinação de dois lotes de terreno, sitos na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe à Sociedade "Acrescentar S.A, ata essa que se anexa. – **Deliberado aprovar, por maioria, submeter a aprovação da Assembleia Municipal com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro**



**Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).-----**

**PROCESSO DE HASTA PÚBLICA RELATIVA A CONCESSÃO DOS LUGARES E LOCAIS DE VENDA VAGOS DO MERCADO MUNICIPAL: Da DMG-DF-DIVISÃO DE PATRIMÓNIO** submetendo à aprovação do Executivo Municipal a adjudicação definitiva dos lugares e locais de venda vagos no Mercado Municipal de Braga, devidamente identificados na ata da praça em anexo, nos termos do estipulado no nº. 22 do artigo 10º do Programa do procedimento. Tem informação da Divisão do Património-**Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).-----**

#### **RATIFICAÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CONCURSO**

**“JOVENS TALENTOS 2020”:** Do Sr. Presidente, solicitando ao Executivo Municipal, a ratificação da aprovação da proposta da Sr.ª Vice-presidente Sameiro Araújo, com a área de responsabilidade da Juventude, referente ao





concurso "Jovens Talentos 2020" (normas e prémios nelas previstas, num valor máximo de 3.150 €). **"Deliberado ratificar por unanimidade".** -----

**PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, PORTUGAL E O MUNICÍPIO DE KARAGANDA, CASAQUISTÃO:** Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de geminação a celebrar entre o Município de Braga e o Município de Karaganda, Casaquistão, proposta que se anexa. **"Deliberado aprovar por unanimidade".** -----

**APROVAÇÃO DE INTERVENÇÃO NA CATEGORIA DE ESPAÇO DE EQUIPAMENTOS:** Da DMUOP, submetendo à aprovação do Executivo Municipal a intervenção na categoria de espaço "U/1-Equipamentos, referente a pedido de informação prévia efetuado pela Britalar Sociedade de Construções SA, para residência de estudantes, ma Travessa Dr. Francisco Machado Owen, S. Vitor. Braga, nos termos do nº. 5, do art.º. 75º do Regulamento do PDM-  
**"Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).**-----

O Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU) usou da palavra para dizer que é feita uma referência a um PIP, sem que, no entanto, se conheçam os seus termos/ o projeto. Mais referiu que também é feita uma referência à declaração de interesse do projeto, de acordo com o regulamento do PDM, pelo que pretende efetivamente perceber o que está a ser objeto de deliberação: se o PIP, se a declaração de interesse, ou se qualquer outra dimensão.



Acrescentou ainda que pretende saber qual é a sensibilidade da maioria para qualificar este tipo de projeto - que visa a edificação duma residência universitária - como tendo interesse, em conformidade com o artigo 75º do RPDM, pois, afirma, sendo um equipamento coletivo de iniciativa privada, carece desse reconhecimento. Prosseguiu, dizendo que o que está lá arrasta-se há décadas e carece de intervenção urbanística. Contudo, refere, não deixa de existir a escassos metros dessa zona, um complexo residencial estudantil, questionando, por via disso, a maioria sobre a sua intenção em reconhecer interesse a este projeto.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, apesar da classificação do solo naquele local ser “*equipamento*”, no âmbito do PDM esse equipamento pode ser alvo de iniciativa pública, mas também privada, sendo que neste último caso a Câmara terá de proceder ao seu reconhecimento como tendo interesse, que é aquilo que está agora a aprovação do executivo, assim como a intervenção neste espaço, tudo, de modo a dar cumprimento ao PDM. Referiu ainda que é irrelevante a questão da “localização” do equipamento, e que o que justifica a proposta de reconhecimento é, de facto, a exiguidade da oferta do ponto de vista do alojamento estudantil e a existência de outro a poucos metros não é, segundo a sua opinião, uma ameaça, contribuindo para a criação de sinergias, do ponto de vista do ordenamento do território. Além do mais, disse ainda “como também referiu o Sr. Vereador Carlos Almeida que se trata de solucionar um problema urbanístico que se arrasta há anos”.-----

O **Sr. Vereador Miguel Bandeira (Coligação Juntos por Braga)** interveio dizendo que, do ponto de vista urbanístico este é o resolver de um problema que já se vem arrastando há algumas décadas a todos os níveis, designadamente em termos de saúde pública; o projeto está dentro dos parâmetros e índices aplicáveis, realçando ainda o Sr. Vereador que a residência naquele local faz todo o sentido, não revestindo carácter concorrencial com as residências dos serviços sociais da Universidade do Minho, já que, como é sabido, as residências universitárias dos SASUM não



dão resposta à procura existente e que satisfará todos os interesses da coletividade.-----

**PROPOSTA DE TARIFÁRIO DA AGERE-EM PARA 2021-** Submete-se ao Executivo Municipal a proposta de tarifário da AGERE-EM, a vigorar para o ano de 2021, nos termos da proposta e documentos em anexo - **"Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), da Coligação Juntos por Braga; Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU)".**-----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** que referiu que a fatura mensal da AGERE para os bracarenses irá aumentar. Através da fundamentação apresentada, estão a "empurrar e encostar" esta decisão a uma outra do Governo. Deste modo, o que se optou por fazer foi aumentar a própria taxa de gestão de resíduos, deixando a AGERE, EM. de acomodar o aumento, passando a refleti-lo na fatura mensal dos bracarenses. Apesar dos custos dos serviços que a AGERE presta se manterem inalterados, a verdade é que, nas palavras do Sr. Vereador "vamos ter um aumento na fatura". Ainda na sua perspetiva, a receita que a AGERE, EM. gera é capaz e suficiente para suportar este aumento, pelo que o PS entende que, sendo uma empresa altamente rentável, deveria acomodar, por um ano mais, este acréscimo, de forma a proteger aquilo que são os interesses dos bracarenses.-----

Tomou a palavra o **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** que relembrou que houve da parte da AGERE, EM. há uns anos, uma iniciativa de redução do



tarifário, que se suspendeu, procedendo-se depois ao congelamento das tarifas; na sua perspetiva, face aos resultados financeiros que a AGERE continua a obter anualmente, continua a haver margem para a redução tarifária, aliviando assim a fatura aos munícipes, o que não tem vindo a ser opção - como é o caso também desta proposta, em que são congelados os valores praticados no ano anterior, com uma alteração relativamente à taxa de gestão de resíduos. É verdade que esta alteração decorre de uma opção governamental/ da administração central, bem como é verdade que o PCP votou contra essa duplicação da taxa de gestão de resíduos na Assembleia da República e igualmente verdade que, recentemente, apresentou uma proposta de alteração de revogação desta taxa, com efeitos a partir de 2021, que veio a ser recusada. Na prática, para o Sr. Vereador, isto parece mais um imposto que uma taxa, que se repercute quer nos munícipes, quer nos Municípios. Neste caso, a opção da AGERE, EM. foi traduzir estes aumentos de forma direta na fatura mensal dos munícipes e, sendo certo que não é justa esta medida do Governo, a verdade é que a AGERE, EM. tem ainda alguma folga orçamental para poder continuar a acomodar e absorver esta taxa, já que tem melhores condições para o fazer do que as famílias bracarenses.-----

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga**, esclareceu que aquilo que está a ser aprovado é o tarifário da AGERE, EM. que continua imutável (desde 2013 ou fica congelado, ou sofre reduções). Questão diferente é aquilo que são os impactos sobre o consumidor final de uma taxa que não é decidida pela AGERE, EM. mas pelo Governo e que tem vindo a registar aumentos significativos. Esta taxa perceber-se-ia se estivesse associada a outros incentivos que de facto otimizassem a gestão de resíduos a nível nacional. Mas a verdade é que o Governo está a usar esta medida apenas para encaixe de receita. Para o Sr. Presidente não faz sentido que seja a AGERE, EM. a assumir o encargo quando a receita arrecadada reverte diretamente para o Governo. -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao **Sr. Administrador da AGERE, EM., Dr. Rui Morais** que esclareceu que as três grandes áreas de negócio da AGERE-



as águas, o saneamento e os resíduos- têm gestão autónoma e análises de valores de tarifários e de resultados distintos, motivo pelo qual não é possível a questão de transferência de questões de tarifários de água e saneamento para os resíduos. *Quando, desde 2014, a AGERE acomodou os 5,50€, e delineou a longo prazo a questão tarifária, permitiu analisar e fazer uma gestão coerente com a estratégia para acomodar os valores. Desta vez, essa gestão não é possível, porque se trata de um diploma que foi publicado em setembro, para vigorar em janeiro. Se a AGERE acomodasse o valor, haveria 770 mil euros a mais, relativos a TGR.*-----

**APROVAÇÃO EM MINUTA: "Deliberado por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos".**-----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por referir que o dossier com os investimentos nas freguesias solicitado pelo Sr. Vereador Artur Feio, lhe será remetido ainda no decorrer da tarde do dia 28/12/2020.-----

Pelo **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** foram abordados os seguintes temas: - *Justificação do preço-base para a concessão da ALA DA ALIMENTAÇÃO do MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA*, cujo documento lhe foi enviado pela Sra. Vereadora Olga Pereira e que agradeceu, na sequência de solicitação oportuna que apresentou- Entende o Sr. Vereador que o modelo adotado pelo Município é "muito simplicista e simplificado"; este modelo é perspectivado em duas vertentes : numa lógica de retorno do investimento para o Município e numa ótica de exploração económica de negócio; perspectivas essas "simplicistas", sem uma análise ponderada dos valores; o que poderá não beneficiar a Autarquia. O valor atribuído por m2 é equivalente às restantes zonas do Mercado, quando esta é tecnicamente mais apetrechada; por outro lado, parece ao PS que quanto ao tempo (25 anos) também não foram feitas as devidas ponderações, dando como exemplo o valor de 1500€ com o pessoal, que terão uma evolução, e que daqui a 25 anos não serão equivalentes aos



atuais. Desejou, no entanto, que o Município tenha muito sucesso na exploração desse espaço.-----

*-Paragem de autocarro na Zona das Sete Fontes-* conforme exposição que lhe foi apresentada pelos moradores, no local não há qualquer “paragem física”, mas apenas um sinal de paragem temporária suportada numa base de betão, não se traduzindo numa “paragem” adequada, com condições para proteger e “abrigar” a população. Atento o clima que se faz sentir, e o facto de muitos utilizadores serem menores ou idosos, solicita o Sr. Vereador uma resolução para este problema.-----

Pelo **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** foram referidos os assuntos infra:-

*-Relatórios do fundo de maneo* – Recordou que não lhe foram ainda remetidos os Relatórios do Fundo de Maneio;-----

*-Infiltrações no Mercado Municipal* – O Sr. Vereador constatou, após presença no local, que no novo mercado municipal já existem zonas com infiltrações, e que, sendo uma obra recente, o Município deverá acionar os meios legais junto do co-contratante para regularizar a situação. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que a Câmara Municipal irá disponibilizar os documentos solicitados, designadamente a relação dos investimentos efetuados nas freguesias, já concluída. E que já está prevista a concessão de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Adaúfe para instalação de abrigo naquele local. Relativamente ao mercado, referiu que a situação está devidamente sinalizada.-----

#### -----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10h 40m o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Carlos Augusto Carvalho Calheiros Alves Leitão**, morador na freguesia de Nogueira, Braga. Invocou, entre outros, o direito à transparência administrativa dos procedimentos para justificar a sua intervenção na reunião, visto que não tem tido resposta às diversas solicitações que têm sido feitas que já se arrastam há algumas décadas. O problema tem sido debatido pela Câmara Municipal, Junta de Freguesia e um grupo de munícipes. Em síntese, referiu que, em pleno ano de 2020, não tem acesso aos serviços de



assistência, como bombeiros, INEM ou PSP (que têm de se deslocar a pé). Prosseguiu referindo que qualquer munícipe tem de fazer, aliás, o caminho a pé, em condições bastante degradadas. Deu, exemplo, de diversas situações pessoais e familiares aflitivas em que tal já sucedeu; o que não se pode aceitar.-----

Por tudo isso, urge uma resposta rápida na requalificação do caminho mais antigo da freguesia, que liga a Rua do Agrelo à Rua da Fonte, anteriormente o caminho de acesso à Igreja e ao Cemitério (o que tem sido negligenciado ao longo destes anos), a fim de se evitar uma tragédia.-----

Referiu que só no passado mês de agosto, após muita insistência, foi veiculada uma resposta verbal no sentido de que a não realização da obra se deve a um custo avultado na sua concretização, com a qual não se conforma e que contrariou.-----

O **Sr. Presidente** esclareceu que teve resposta e que a obra requerida tem um custo avultado, rondando os 250 mil euros, e que atendendo ao número de moradores que podem ser beneficiados com esta intervenção, não está na linha das prioridades principais do Município.-----

O Sr. Presidente deu a palavra ao **Sr. Vereador João Rodrigues**, com competência delegada nesta área, que referiu que não corresponde à verdade o que é dito, pois sempre foi dada uma resposta atempada e contínua quer pelo próprio, quer pelos diversos Técnicos municipais, às diversas solicitações, urgindo clarificar o Executivo quanto a tal facto. Disse ainda que a intervenção vai ser feita, mas quando for conveniente, esclarecendo que está orçamentada em cerca de meio milhão de euros e não em 250 mil euros e que a intervenção dá acesso a uma única casa, o que também importa dilucidar.-----

O **Sr. Carlos Leitão** pediu autorização ao Sr. Presidente para tomar a palavra, o que foi aceite. Referiu que o valor referido pelo **Sr. Vereador João Rodrigues** respeita ao projeto da Câmara e não ao acesso à moradia que “nem sequer cobrirá 10% desse valor”- um acesso mínimo necessário a uma habitação. Reiterou que nunca obteve qualquer resposta formal à situação reportada e acrescentou que não tem advogado em tal matéria, pedindo ao Sr.



Vereador para indicar o nome da pessoa que o contactou em nome de pessoas que não o mandataram. -----

Por sua vez, **o Sr. Vereador** deu nota dum email do Dr. André Pardal, Advogado- Lisboa.-----

O **Sr. Presidente** interveio dizendo que deverá prestar-se uma resposta formal, por escrito, ao munícipe, sobre a posição do Município, a saber: - "atendendo ao valor da empreitada a intervenção será realizada quando as prioridades municipais o entendam ficando, deste modo, esclarecido o cidadão da posição do Executivo Municipal".-----

**ENCERRAMENTO:** Às 11h46m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.-

